



# OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX E A CRÍTICA NÃO-DIALÉTICA DE ROSA LUXEMBURG

## MARX'S REPRODUCTION SCHEMES AND THE NOT DIALECTICAL CRITICISM OF ROSA LUXEMBURG

Jadir Antunes\*

**RESUMO** – Este artigo tem como objetivo mostrar o erro de Rosa Luxemburg em sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx em *O Capital*. Em sua obra, *O Capital*, Marx demonstrava que a reprodução econômica da sociedade capitalista era um processo exclusivamente endógeno, conduzido inteiramente pela classe trabalhadora e pela classe capitalista. Segundo ele, a sociedade capitalista produzia e reproduzia os seus próprios fundamentos sem a necessidade de uma terceira classe social externa ao sistema. Rosa Luxemburg considerava que essa concepção de Marx era uma abstrata e separada da economia real. De acordo com ela, a acumulação de capital é impossível sem a existência de uma terceira classe de consumidores externa ao sistema, a qual funcionaria como classe compradora da mais-valia destinada à acumulação. Este artigo mostrará que essa concepção tem origem na falta de compreensão sobre a natureza dialética do método de exposição de *O Capital* por parte de Rosa Luxemburg.

**PALAVRAS-CHAVE** – Acumulação capitalista. Karl Marx. Método dialético. Rosa Luxemburg.

**ABSTRACT** – This article intends to show that Rosa Luxemburg was wrong in her criticism of Marx's reproduction schemes in the *Capital*. At Marx's work, *Capital*, he demonstrated that the economic reproduction of capitalist society was a process entirely endogenous, led exclusively by the capitalist class and working class. According to him, the capitalist society produced and reproduced its proper basis without needing a third social class external to the system. Rosa Luxemburg considered this Marx's conception an abstract conception and separated from the real economy. According to her, capitalist accumulation is impossible without a third class external to system. This third class will act as buyer and consumer of the plus-value destined to the accumulation. This article will show that this conception has its source in the misunderstanding of Rosa Luxemburg about the dialectical method of exposition used by Marx in the *Capital*.

**KEYWORDS:** Capitalist accumulation. Karl Marx. Dialectical method. Rosa Luxemburg.

\* Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: <jdiant@yahoo.com.br>.

## Introdução

Este artigo objetiva mostrar, a partir da noção de modo de exposição (*Darstellungsweise*), o erro de Rosa Luxemburg em sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx em *O Capital*.

Em sua obra, *O Capital*, Marx demonstrava que a reprodução econômica da sociedade capitalista era um processo exclusivamente endógeno, conduzido inteiramente pela classe trabalhadora e pela classe capitalista. Segundo ele, a sociedade capitalista produzia e reproduzia os seus próprios fundamentos sem a necessidade de uma terceira classe social externa ao sistema. Conforme Marx, dentro de certas condições, toda a produção anual da sociedade capitalista poderia ser consumida inteira e exclusivamente pelos próprios agentes da sociedade capitalista: a classe trabalhadora e a classe capitalista.

Em sua obra *A acumulação de capital*, Rosa Luxemburg considerava que essa concepção de Marx era uma abstrata e separada da economia real. De acordo com ela, a acumulação de capital é impossível sem a existência de uma terceira classe de consumidores externa ao sistema, classe que, segundo ela, funcionaria como classe compradora da mais-valia destinada à acumulação. Essa concepção, conforme mostraremos na continuidade, tem origem na falta de compreensão sobre a natureza dialética do método de exposição de *O Capital* por parte de Rosa Luxemburg.

## A ordem dialética do Capital de Marx

A obra *O Capital* de Marx está organizada em três livros. O primeiro livro analisa a esfera da produção da mais-valia; o segundo, a esfera da circulação e o terceiro, o processo total da produção capitalista.

Como mostramos, na obra *O movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*<sup>1</sup>, os Livros I e II possuem como objeto o conceito mais genérico e abstrato de certos momentos do movimento do capital nas esferas da produção e da circulação. Nestes livros, vemos o movimento do conceito de capital em suas formas mais puras e abstratas, o conceito de capital enquanto tal, sem consideração por suas formas particulares como o capital comercial e a juros. Os Livros I e II não

<sup>1</sup> Sobre a questão do modo de exposição dialético de *O Capital*, veja-se a Introdução de *O movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. São Paulo: Editora Tykhé, 2009. Autores Jadir Antunes e Hector Benoit. Sobre o caráter dialético de *O Capital*. Vejam-se ainda os seguintes trabalhos: Hector Benoit: *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 3. São Paulo: Editora Xamã, 1996. *Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa*. In: *Revista Crítica Marxista*, n. 4. São Paulo: Editora Xamã, 1997. Hector Benoit e Jadir Antunes: *A exposição dialética do conceito de crise em O Capital*. In: *Revista Maisvalia*, n. 2. São Paulo: Editora Tykhé, 2008.

possuem como objeto, portanto, as leis e as contradições do capital em sua atualidade, mas as leis e as contradições do capital em sua forma potencial. O capital e a sociedade capitalista em sua configuração real e concreta são analisados por Marx somente no Livro III. Será, portanto, somente neste Livro III que a sociedade capitalista passa a ser concebida com todas as suas determinações, sobretudo, com as determinações provocadas pela pluralidade de capitais e pela concorrência.

Os Livros I e II são livros mais abstratos exatamente porque se colocam neles, entre parênteses, a pluralidade de capitais e a concorrência. A luta entre os diversos capitais individuais que, reciprocamente, se odeiam não aparece de forma mais desenvolvida antes do Livro III, apesar de já ser mencionada mesmo no Livro I. Porém, uma vez postas a pluralidade de capitais e a concorrência de forma desenvolvida no Livro III, a exposição sobre o conceito de capital passa, então, a possuir todas as determinações na sua forma plena. Nos dois primeiros livros, a concorrência foi abstraída da exposição exatamente porque ela não funda as leis e as tendências gerais da sociedade capitalista, porque ela apenas converte essas leis em realidade.

Nos Livros I e II, Marx analisa o conceito de crise também de modo mais puro e abstrato. As muitas contradições que remetem ao conceito de crise, que já aparecem nesses livros, mostram-se como contradições ainda bastante formais, potenciais e abstratas. Nesses livros, Marx trata apenas da crise potencial ou da possibilidade abstrata da crise. A crise geral do sistema capitalista converte-se em realidade plena somente no Livro III, porque ali serão postas, de forma desenvolvida, a pluralidade de capitais e a concorrência. No Livro III, seriam expressas ainda, de forma plenamente desenvolvida, as classes sociais, objeto do capítulo LII, do qual, como sabemos, só temos algumas linhas.

No Livro I, analisam-se, de modo formal e abstrato, as leis da produção da mais-valia enquanto tal, da mais-valia em seu nível mais puro e idealizado. No Livro II, o enfoque, do mesmo modo formal e abstrato, recai sobre as condições puras e idealizadas para a realização da mais-valia global, ainda que esta já esteja posta mais abstratamente desde o início pelo Livro I. No Livro III, a análise foca a repartição desta mais-valia global já produzida e realizada entre a pluralidade dos capitais individuais.

Assim, uma exposição dialética do conceito de capital e de crise deve ser dividida em três grandes momentos. O primeiro momento abrange a exposição das contradições mais genéricas e potenciais, que estão contidas no Livro I, onde se realiza uma primeira totalização abstrata da produção capitalista, desde a sua forma elementar (a mercadoria) até a sua destruição, a negação da negação exposta no capítulo sobre a acumulação primitiva (capítulo XXIV).

No segundo momento, o do Livro II, realiza-se a exposição das contradições potenciais contidas na esfera da circulação, porém, já com as determinações obtidas no Livro I. Por isso, no Livro II, parte-se não mais da forma mercadoria em geral, mas da mercadoria como produto do capital e supondo já a mais-valia. Porém, todo o processo contraditório decorre ainda com a abstração da pluralidade de capitais e da concorrência e a crise aparece, por isso, apenas em suas formas potencias e abstratas.

Finalmente, no terceiro grande momento formado pelo Livro III, produção e circulação (Livros I e II) são unificadas e examina-se a conversão em realidade de todas as contradições potenciais descritas anteriormente, contradições submetidas, agora, à existência da pluralidade de capitais e da concorrência. O Livro III, como sabemos, tem exatamente como subtítulo "*O processo total da produção capitalista*" (*Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion*). Nele, trata-se da síntese dos resultados obtidos nos dois primeiros livros, agora, transformados pelas determinações da concorrência entre os múltiplos capitais e onde a crise torna-se realidade.

Partindo de categorias abstratas – como valor de uso e valor, substância e forma do valor, trabalho abstrato e trabalho concreto, dinheiro, produção de mais-valia, acumulação de capital, acumulação originária, reprodução do capital, realização global do capital anual e assim por diante –, chega-se até as determinações mais concretas – como a forma lucro, a taxa de lucro e a queda tendencial da taxa de lucro expostas no Livro III.

O processo de conversão da possibilidade formal e abstrata da crise em realidade, desse modo, é o mesmo processo que concretiza todas as contradições mais simples e abstratas do capital, mostrando essas contradições, por fim, como luta de classes, expropriação dos expropriadores, negação da negação e superação do modo de produção capitalista: último e derradeiro desenvolvimento da teoria marxista da crise.

Somente partindo dessa concepção dialética de exposição, podemos desvelar, então, como se desenvolve, de forma mais detalhada, o conceito de crise ao longo dos três livros de *O Capital*. Conceito que, segundo Marx, desembocaria na derrocada inevitável, mais cedo ou mais tarde, do sistema capitalista como um todo. Derrocada que seria provocada pelas contradições imanentes e fundamentais do capital: as contradições das classes em luta.

## **Marx e a reprodução do capital no Livro II do Capital**

Conforme afirmamos anteriormente, o Livro II do Capital destina-se a analisar as contradições potenciais e abstratas das esferas da circulação

e da reprodução social do capital. Por isso, do ponto de vista do valor de uso, Marx divide a produção total anual em dois grandes departamentos: o Departamento I – produtor de meios de produção, e o Departamento II – produtor de meios de subsistência. Já do ponto de vista do valor, Marx divide a produção total anual em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia.

Neste esquema, o capital constante é produzido inteiramente pelo Departamento I. A parte da produção anual representada por este capital é realizada com a substituição da parte do capital constante consumido durante o ano pelas indústrias dos Departamentos I e II. Esta substituição é necessária para assegurar que, no ano seguinte, a produção seja iniciada numa escala igual a que iniciara no ano anterior.

Esta primeira parte da produção anual será, por isso, realizada exclusivamente pelo conjunto das indústrias capitalistas. Seus compradores serão, portanto, o conjunto das indústrias instaladas tanto no Departamento I quanto no Departamento II da sociedade capitalista.

A segunda parte da produção anual, o capital variável, representada pelos meios de subsistência destinados ao consumo dos operários, será consumida pelos próprios operários, tanto do Departamento I quanto do II, na forma de dispêndio em salários.

A terceira parte da produção anual, composta pelo trabalho excedente, tanto na forma de meios de produção quanto na forma de meios de subsistência, será consumida sob duas formas: uma primeira parte será consumida sob a forma de renda destinada à compra dos meios de subsistência e de luxo consumidos pelos capitalistas, e uma segunda parte será convertida não em renda como a primeira, mas em capital.

Esta última parte será destinada à contratação de novos trabalhadores e à compra de novos meios de produção capazes de reproduzirem a escala de produção num patamar mais elevado que o patamar do ano anterior.

Assim, a mais-valia existente sob a forma de meios de subsistência será consumida em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos operários contratados para aumentar a escala de produção. A mais-valia na forma de meios de produção será comprada pelas próprias indústrias capitalistas para a expansão de seus negócios.

Dessa forma, neste esquema, a produção total anual (meios de produção e meios de subsistência, ou sob outra forma, capital constante, capital variável e mais-valia) será inteiramente consumida por duas únicas classes da sociedade: a classe operária e a classe capitalista.

A totalidade dos meios de subsistência será consumida sob três formas: em primeiro lugar, como meio de subsistência dos operários já empregados e explorados pelo capital; em segundo lugar, como renda

pelos próprios capitalistas e; em terceiro lugar, como meio de subsistência dos novos operários contratados pelo capitalista para ampliar a escala anual de produção.

A totalidade dos meios de produção, tanto a parte que estará sob a forma de capital constante necessário para a reposição anual do capital consumido, quanto a parte excedente produzida no ano corrente, será comprada pelas próprias indústrias capitalistas.

Marx demonstra, desse modo, que cabe exclusivamente aos capitalistas e aos operários adicionais realizar a totalidade da mais-valia e do excedente anual. E os capitalistas realizam essa mais-valia de duas maneiras: pela transformação de uma parte em renda e pela transformação da outra parte em capital. A mais-valia, assim, é consumida pelo capitalista em sua condição de pessoa individual e como empresário capitalista.

Como podemos perceber, no esquema Marx abstrai da análise, assim como fizera em todos os livros do *Capital*, todas as relações e formas de produção não-capitalistas, pressupondo a existência de uma única relação social de produção: a relação capitalista. Por isso, no referido esquema, existem apenas duas classes de produtores e consumidores: a operária e a capitalista.

Os esquemas de reprodução anual do capital analisados por Marx têm como função, em sua exposição, demonstrar sob que condições e possibilidades a acumulação de capital e o progresso capitalista podem existir historicamente. E a condição fundamental para isso é que a mais-valia seja constantemente capitalizada, isto é, seja constantemente transformada em meios de consumo e capital pelas próprias indústrias capitalistas. Os esquemas abstraem da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, pois pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo. A crise geral do sistema, conforme já foi afirmado na Introdução, só será exposta em sua forma plena no Livro III, onde todas as contradições potenciais do capital tornam-se realidade a partir da introdução da pluralidade de capitais e da concorrência.

## **A produção pela produção**

No Livro I, Marx trabalhava com a suposição de que a massa de dinheiro disponível no bolso de cada capitalista é lançada inteiramente na circulação para a compra de meios de produção (força de trabalho e meios de produção). Desse modo, após a compra dos meios de produção, o bolso dos capitalistas estará completamente vazio, não restando nenhum centavo para a compra de riqueza adicional. Rosa Luxemburg (1985) perguntava, por isso, de onde viria a massa de dinheiro adicional que

realizaria a mais valia surgida ao final do processo de produção. Se os capitalistas lançam, na circulação, uma massa de dinheiro equivalente ao valor dos meios de produção e da força de trabalho, ficando, por isso, sem nenhum tostão em seus bolsos após esta operação, de onde viria o dinheiro com o qual comprariam o excedente dessa produção, indagava Rosa.

Esta questão não tem nenhuma importância para as análises do Livro I, porque se trata nele apenas de explicar a produção da mais-valia e não a sua realização. Será no Livro II que Marx responderá essa questão. Para os esquemas funcionarem, Marx pressupõe que o conjunto da classe capitalista é proprietário de uma massa adicional de dinheiro que fica retida em seu próprio bolso e que só será desembolsada mais tarde, no momento do consumo deste excedente à disposição dela. Expresso de outra forma, agora, no Livro II, a condição pressuposta para analisar a esfera da produção deve ser substituída por um novo pressuposto: que o sistema capitalista em seu conjunto produza não apenas meios de produção e consumo adicionais, mas que produza ainda meios de circulação adicionais suficientes para que o excedente da riqueza seja realizado dentro das próprias relações de produção capitalistas.

Para Marx, este adicional monetário é um pressuposto necessário para que a realização da mais-valia ocorra normalmente e sem sobressaltos no interior da própria sociedade capitalista. Este excedente monetário deve existir, portanto, *a priori*, ele deve surgir do entesouramento bancário realizado pelos diferentes capitalistas e da ativação do setor responsável pela produção desses meios monetários adicionais: a indústria do ouro. Assim, nos esquemas de reprodução de Marx, a indústria do ouro, a indústria do dinheiro, deverá, como qualquer outra indústria, fornecer anualmente ao conjunto da classe capitalista esse material circulante adicional.

No Livro I, a classe capitalista aparecia no mercado com uma massa de dinheiro suficiente apenas para comprar força de trabalho e meios de produção. No Livro II, ela deverá aparecer com uma massa adicional suficiente para a realização da mais-valia. Essa massa virá do interior da própria sociedade capitalista – do entesouramento ou da indústria do ouro. Rosa acreditava que este recurso de Marx à indústria do ouro servia como um subterfúgio logicamente necessário para salvar do naufrágio o seu esquema da acumulação. Ela afirmava, por isso, ter “*a impressão de que cabe exclusivamente à produção capitalista a realização da mais-valia total e que ela utiliza a mais-valia capitalizada para satisfazer a suas próprias necessidades*” (Rosa Luxemburg, 1985, p. 227).

Rosa estava impressionada pelo fato de que, nos esquemas de Marx, tudo gira em torno do capital e do capitalista, de que, no referido



esquema, o capital aparece como princípio, meio e fim de todo o processo. O rodeio da análise em torno do capital e do capitalista, segundo Rosa (1985, p. 227), é confirmado por Marx na tentativa de *“repetidamente custear a circulação do esquema apenas com meios monetários, ou seja, com a demanda dos capitalistas e dos operários”*. Tal tentativa levava Marx, de acordo com Rosa (1985, p. 227), *“a introduzir na reprodução o produtor de ouro como deus ex machina”*.

Nos esquemas de Marx, os consumidores externos – as classes não-produtivas da sociedade – só são incorporados como dependentes da renda dos trabalhadores e dos capitalistas, como consumidores derivados destas duas classes fundamentais. É o caso, consoante Marx, do consumo dos reis, padres, professores, prostitutas e soldados. Em tais esquemas, a sociedade real aparece apenas como uma sociedade burguesa, formada por suas duas classes fundamentais – a classe operária e a classe capitalista – e pelos consumidores derivados delas – seus dependentes diretos e indiretos. Nos esquemas em questão, a sociedade capitalista produz para si mesma e segundo as suas próprias metas e finalidades. Por isso, em tais esquemas, não há nenhuma relação da sociedade capitalista com outras sociedades. A sociedade capitalista produz apenas para si mesma e relaciona-se apenas consigo mesma.

A produção capitalista, por tal razão, é apresentada, por Marx, como uma produção pela produção, como uma produção que se destina ao consumo humano apenas na medida em que este consumo possa servir à reprodução ampliada do capital. Os esquemas apresentam, por isso, uma sociedade em que a meta absoluta da produção é sua constante reprodução.

Nos esquemas, operários e capitalistas são vistos como meros agentes da produção e da reprodução social do capital, assim como nenhum deles trabalha em vista de seus próprios interesses e finalidades. Nos esquemas, todas as classes e subclasses da sociedade trabalham e consomem em vista da reprodução social do capital. O operário deve ser reproduzido como operário e agente do trabalho e o capitalista como capitalista e agente do capital.

Para Marx, o capitalista não organiza a produção tendo em vista a sua satisfação pessoal através do consumo. De acordo com ele, o capitalista é um agente do capital que se satisfaz no processo organizando a reprodução e a valorização incessante do valor-capital. O capitalista não valoriza o capital para satisfazer a si próprio, ele satisfaz-se vendo o capital valorizar-se.

Rosa compreendia esta concepção expressa nos esquemas de Marx sobre a finalidade em si mesma da produção capitalista. Conforme ela (1985, p. 229): *“não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria*



*descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista".* Por isso, Rosa lamentava-s (1985, p. 229), *"seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção"*.

Nos esquemas de reprodução ampliada, que foram esquematizados por Marx no Livro II, o consumo cresce em função da produção e nunca o contrário. Nestes esquemas, a produção expande-se sempre em vista de sua própria finalidade e o crescimento do consumo aparece como uma consequência da referida expansão. A questão que intrigava Rosa era saber como se realiza a mais-valia excedente não consumida pela classe capitalista.

Nos esquemas de reprodução analisados por Marx, o consumo da classe trabalhadora está sempre limitado pela massa geral de salários e é uma função dessa massa salarial global. O consumo da classe capitalista está limitado pela renda, ou seja, pela parte da mais-valia global destinada ao consumo improdutivo e individual do capitalista.

### **A falsa contraposição entre os Livros II e III**

A questão fundamental, para Rosa, em sua análise da reprodução social do capital, era saber quem consome a parte excedente da mais-valia não consumida pelos capitalistas. Os esquemas de Marx, porém, respondem claramente esta pergunta. De acordo com Marx, a mais-valia excedente é consumida pelas próprias indústrias capitalistas em seu processo de autoexpansão e de autovalorização.

Supondo assim que o consumo da classe trabalhadora está limitado pela massa salarial e o consumo da classe capitalista está limitado pela renda, *"quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar?"*, perguntava Rosa (1985, p. 230). *"O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam para ampliar sua produção cada vez mais"*, afirmava Rosa (1985, p. 230-231).

O tom indignado de Rosa com as respostas fornecidas por Marx deve-se à circunstância de que, nos esquemas, é a produção, e não o consumo, quem dirige todo o processo de acumulação de capital. Nos esquemas mencionados, a produção gira sempre em torno dela própria, aparecendo como princípio, meio e fim do processo. Os capitalistas e os operários aparecem como meros agentes do capital e do trabalho e nunca como verdadeiros agentes do consumo. O que surpreende, nos esquemas elaborados por Marx, segundo Rosa Luxemburg, é o fato de que, neles, os agentes do consumo são os mesmos agentes da produção.

Como afirma ela impressionada (1985, p. 231):

*esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construírem outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade...*

Por isso, segundo Rosa (1985, p. 231), seria necessário “*ter a ousadia e o amor ao paradoxo de Tugan-Baranovski para admitir que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja um fiel retrato da realidade capitalista e uma consequência real da teoria marxista*”.

Os esquemas de Marx, na opinião de Rosa, estavam mais bem esclarecidos no Livro III, onde as contradições entre produção e consumo social estavam mais evidentes. Para demonstrar que os esquemas de reprodução de Marx estavam em contradição com a realidade do capitalismo moderno, Rosa citava diversos eventos da história econômica do capitalismo inglês, entre eles, o papel desempenhado pelas colônias inglesas na absorção de grande parte da produção da indústria têxtil entre os séculos XVII e XVIII.

*O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção* (Rosa Luxemburg, 1985, p. 236).

Em conformidade com Rosa, a história que melhor contrariava os esquemas de Marx era a da expansão mundial da indústria algodoeira inglesa desde o século XVIII até os anos 70 do século XIX. Para ela, esta história “*parece totalmente inexplicável sob o prisma do esquema marxista*” (Rosa Luxemburg, 1985, p. 236). Em consonância com Rosa, nos esquemas de reprodução social do Livro II, impera a falsa concepção ricardiana e burguesa da harmonia entre produção e consumo. Já no Livro III, domina a realidade da sociedade capitalista e a contradição entre produção e consumo. Segundo Rosa, nos esquemas do Livro II, prevalece a falsa concepção de que a expansão da sociedade capitalista depende exclusivamente da expansão do consumo dentro da classe operária e da classe capitalista. Já no Livro III e na realidade histórica do capitalismo, esta expansão pressupõe a existência de sociedades e classes não capitalistas.

Com esta falsa contraposição entre os esquemas de reprodução de Marx e a história real do capitalismo inglês em sua expansão sobre a Índia não capitalista, no fundo, Rosa estava sublinhando que havia uma contradição inexplicável entre os esquemas de reprodução social do Livro II e os resultados expostos por Marx ao longo do Livro III.

Nos esquemas de reprodução ampliada do Livro II, como notava Rosa (1985, p. 237), “*não existe entre a produção de mais-valia e sua realização nenhuma contradição imanente*”, mas, pelo contrário, existe entre ambos uma “*identidade imanente*”. Por isso, apontava que “*a realização da mais-valia e sua acumulação constituem, no caso, aspectos de um mesmo processo; são conceitualmente idênticas*” (1985, p. 237). Em tais esquemas,

*a capacidade de consumo da sociedade não constitui, portanto, nenhum limite imposto à produção. Nele a ampliação da produção prossegue automaticamente, ano após ano, sem que a capacidade de consumo da sociedade supere suas ‘condições antagônicas de distribuição’* (Rosa Luxemburg, 1985, p. 237).

Porém, segundo Rosa, no Livro III, tudo é muito diferente. Nele, o capitalismo aparece como uma força social e econômica que só pode desenvolver-se mediante constante processo de crescimento e expansão para fora de suas próprias fronteiras. Enquanto nos esquemas de reprodução social do Livro II, o capital gira em torno de seu próprio eixo, e, nas análises do Livro III, o mercado “*deve transcender evidentemente o consumo dos capitalistas e dos operários*” e expandir-se para áreas não capitalistas do planeta, ponderava Rosa (1985, p. 237). Para superar as contradições internas da produção capitalista, como assinalava o próprio Marx, no Livro III, o campo externo da produção deverá expandir-se continuamente.

Nos esquemas de reprodução social de Marx, a ampliação do campo externo da produção – o consumo – é obtida mediante a expansão da própria produção através do aumento da divisão social do trabalho e da criação de novos ramos de aplicação do capital. Nos esquemas, o mercado e o consumo conseguem expandir-se através da dilatação das próprias relações de produção capitalistas, através do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da transformação da mais-valia em novos capitais, pois, nestes esquemas, como já mencionamos, existem apenas três formas de consumo: o do operário, o do capitalista e o das indústrias, e toda ampliação do consumo só poderá ocorrer sobre a base do consumo destas três categorias. Expresso de outra forma, nos esquemas de Marx, expandir o campo do consumo é o mesmo que

o fazer em relação ao campo da produção, já que tudo gira em torno da produção e da reprodução do capital por suas próprias forças e agentes.

Nos esquemas de Marx, não há nenhuma dependência da sociedade capitalista frente a outras sociedades e outros agentes que não os seus próprios agentes: o capitalista e o trabalhador. No fundo, Marx está querendo mostrar, em seus esquemas, que para sobreviver em meio às suas próprias contradições, o capital precisa expandir-se continuamente a partir de suas próprias bases e condições e sobre estas mesmas bases e condições.

Porém, não é assim que Rosa compreendia os esquemas de Marx. Para ela, nesses esquemas (Rosa Luxemburg, 1985, p. 237):

não existe nenhuma necessidade de ampliar o mercado continuamente além dos limites do consumo dos capitalistas e dos operários; também a capacidade limitada de consumo da sociedade não constitui nenhum obstáculo ao desenvolvimento normal e à capacidade de ampliação ilimitada da produção.

Evidentemente, Rosa não compreendeu a importância dos esquemas da mesma maneira que Marx entendia.

Erroneamente, Rosa concluía que:

*o esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado* (Rosa Luxemburg, 1985, p. 238).

Para Rosa, a contradição entre produção e consumo estava ausente no Livro II e só aparecia no Livro III. No fundo da concepção de Rosa, estava a falsa ideia, bastante divulgada entre os economistas, da contradição entre os Livros I, II e III de *O Capital* e da superioridade deste último sobre os primeiros.

Para os esquemas de Marx, é evidente que a expansão do consumo é uma condição para a ampliação da produção, que só pode ser incrementada com a condição de que se expanda o consumo, e que entre ambos existe uma contradição insuperável. Porém, para Marx e seus esquemas, esta expansão é alcançada através da expansão do capital a partir de si mesmo e sobre seus próprios fundamentos.

Para Rosa, o problema fundamental do processo de acumulação de capital girava em torno da realização da mais-valia não consumida como renda pela classe capitalista e transformada em capital. Como já

mostramos, mais-valia na forma de capital é aquela porção da mais-valia global que não se destina ao consumo individual do capitalista, mas à ampliação da escala social da produção. Rosa anotava (1985, p. 241): *“o problema tem por base o seguinte: como se configura a reprodução social quando uma parte crescente da mais-valia não é consumida pelos capitalistas, mas é empregada na ampliação da produção?”*.

Como os operários só podem consumir o equivalente representado pelo capital variável e os capitalistas somente o representado pelas suas rendas, torna-se naturalmente impossível, para Rosa, a realização da mais-valia por estes setores. Por esse motivo, Rosa sentenciava (1985, p. 241), *“a realização da mais-valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução”*.

É evidente que, para Marx, a questão posta por Rosa é uma falsa questão. Como ele demonstra, em seus esquemas, a realização dessa mais-valia pressupõe uma contínua ampliação da escala de produção da sociedade, um contínuo e ininterrupto desenvolvimento das forças produtivas da riqueza, apoiado exclusivamente sobre o trabalho assalariado e o capital.

Os esquemas de reprodução de Marx, que pressupõem a classe capitalista e a classe operária como os únicos agentes do consumo social, continuam o erro, na falsa opinião de Rosa, de não integrar, em suas relações, as esferas de consumo situadas fora das relações capitalistas. Para Rosa Luxemburg (1985, p. 241), *“a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista”*. Segundo ela (1985, p. 241), *“o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam de modo capitalista”*.

### **Rosa e os compradores externos da mais-valia**

Como podemos observar, todos os argumentos de Rosa contrários aos esquemas de Marx giravam em torno de um mesmo objetivo: o de mostrar a impossibilidade da expansão capitalista sem a existência de um terceiro setor, de uma terceira classe, ou de uma terceira sociedade capaz de comprar parte da mais-valia global do sistema. Como enuncia Irène Petit (1976), *“a tese central de Rosa afirma a impossibilidade de encontrar tais compradores no interior de uma sociedade composta exclusivamente de capitalistas e operários”*.

Rosa criticava os esquemas de Marx por serem esquemas fechados, acreditando que um verdadeiro esquema para a reprodução anual do

capital deveria ser um esquema aberto para outras classes e sociedades não capitalistas. O ecletismo teórico de Rosa aparece com toda força nesta concepção de uma reprodução aberta para o consumo exterior e dependente dele.

Após descrever uma série de situações históricas favoráveis à realização externa da mais-valia na indústria têxtil da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, e as relações desta indústria com sociedades não capitalistas do Oriente, da África e da América, Rosa sentenciava que estes exemplos esclareciam o fato de que,

*pelo menos a mais-valia a capitalizar e a respectiva parte que lhe corresponde na massa de produtos de cunho capitalista não podem ser realizadas no âmbito capitalista, tendo forçosamente de buscar seus compradores fora dessa área, em camadas sociais e formas de sociedade que produzam utilizando métodos não-capitalistas* (Rosa Luxemburg, 1985, p. 246).

Por esse motivo, Rosa definia o mercado externo como o mercado localizado fora das relações de consumo capitalistas, composto por compradores situados em camadas sociais e sociedades externas ao modo de produção capitalista. É mercado externo por não se situar no interior das relações de consumo puramente capitalistas. Tais mercados externos não se identificam, por isso, diretamente com os mercados situados fora do país ou de determinada região capitalista.

O mercado externo, para Rosa, não se define por sua posição geográfica, ele pode compor-se, inclusive, de esferas internas aos países capitalistas, como a economia camponesa e artesanal. Mercado externo é sempre mercado de consumo marcado por relações de produção não-capitalistas e pode estar geograficamente situado tanto dentro quanto fora do país em questão. É externo em relação às relações de produção capitalistas e pode, assim, constituir-se de todos os tipos de relações de produção pré-capitalistas. Trocas, por exemplo, entre indústrias de países como Inglaterra e Alemanha constituem-se em trocas internas, e troca da indústria alemã com camponeses alemães constituem-se em trocas externas.

A existência destes compradores não capitalistas da mais-valia excedente constituiria, conforme Rosa (1985, p. 251):

*na condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital... De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas.*

Estas esferas externas atuam, porém, não apenas como compradores e realizadores da mais-valia, mas também como fontes de meios de produção e reservatório de força de trabalho para os países industrializados. Por esse motivo, afirmava Rosa (1985, p. 255), *“o capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas do mais-produto capitalista”*.

Assim sendo, sentenciava (1985, p. 285):

se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção.

A concepção de Rosa Luxemburg é muito clara. Para ela, o desenvolvimento capitalista é impossível sem uma vasta extensão de áreas não capitalistas do planeta que funcionem como sociedades absorventes – como sociedades que absorvem o excedente da mais-valia global produzida pela indústria capitalista e não consumida por seus agentes. Este meio externo não-capitalista funciona, na concepção de Rosa, como um meio comprador e consumidor. Os modos de produção pré-capitalistas funcionam, assim, em sua compreensão, como condição fundamental para a expansão capitalista. Sem esses modos atrasados, a reprodução e a expansão capitalista seriam completamente impossíveis. Seria assim, acusando Marx de elaborar análises fragmentárias, inacabadas e abstratas no Livro II – análises que não correspondiam à realidade empírica do capitalismo – que Rosa pretendia corrigi-lo, ampliando a reprodução capitalista para além de suas fronteiras externas e até os limites das nações não-capitalistas. Sem encontrar compradores para a mais-valia em expansão dentro do sistema capitalista, estas nações, então, dariam sentido à acumulação capitalista, pois seriam as compradoras da crescente mais-valia produzida pelos países capitalistas.

Rosa (1985, p. 285) observa:

Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital.



## O imperialismo e a impossibilidade do capitalismo

Seria da “dialética” entre produção interna e compra e consumo externos que viria o colapso fatal e destruidor da sociedade capitalista. A partir do momento em que essas formações sociais atrasadas fossem inteiramente conquistadas e transformadas pelo avanço planetário do capitalismo, a sociedade capitalista entraria inevitavelmente em colapso e abrir-se-ia para a revolução e o socialismo. No momento em que o esquema de Marx correspondesse completamente à realidade histórica do capitalismo, este entraria inevitavelmente em sua etapa terminal e afundaria em meio às suas próprias contradições insolúveis. Não encontrando mais mercado externo para a realização de sua mais-valia excedente e não tendo mais nenhuma nação atrasada para conquistar e transformar, o capitalismo entraria na sua fase final, a fase imperialista.

De acordo com Rosa (1985, p. 285):

a impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.

Foi com essa concepção que Rosa Luxemburg entrou para a história do marxismo como uma autora subconsumista e fatalista.

A crise da acumulação de capital define-se, para Rosa, como temos visto, como produto de uma escassez crescente de mercados externos para a realização da mais-valia destinada à acumulação. A crise surge, assim, da contradição que existe entre essa necessidade intrínseca do capital por mercados externos sempre mais extensos e do efeito destrutivo que a acumulação de capital exerce sobre estes mesmos mercados. O capitalismo atingiria seu limite e esgotamento históricos no momento em que todas as nações do planeta estivessem inteiramente dominadas por suas forças produtivas. Momento que coincidiria com o máximo de progresso capitalista sobre o planeta.

O imperialismo configura-se, assim, nesta abordagem, como a política de conquista colonial das grandes potências sobre estes mercados não-capitalistas situados fora do país. Por isso, afirmava Rosa, “*quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital*”. Uma política em defesa destas culturas contra a agressão e a rapina capitalista aparece, a partir desse ponto de vista de Rosa, como uma política em contradição com o movimento objetivo

do sistema capitalista, pois “o *imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência*” (Rosa Luxemburg, 1985, p. 305).

O capital atingiria naturalmente o seu declínio ou o colapso, porque, através da conquista imperialista, reduzia-se cada vez mais o número de mercados externos não-capitalistas capazes de servirem como escoadouros da mais-valia produzida no centro industrial do planeta. Lutar pela conservação dessas culturas e sociedades atrasadas seria uma política antirrevolucionária porque atrasaria o colapso final do sistema e porque lhe daria uma sobrevida que em nada interessaria ao movimento operário e socialista internacional. Sob este ponto de vista, não faltam motivos para que o marxismo seja acusado de ser uma concepção europeísta e positivista da história humana.

## Conclusão

Na concepção dialética de Marx, o consumo da riqueza excedente produzida pela sociedade capitalista seria realizado pela própria sociedade capitalista e seus agentes. Assim, produção e consumo formam uma unidade, ainda que contraditória, no interior do sistema. No esquema eclético de Rosa, o consumo desta riqueza excedente seria realizado pelas sociedades não-capitalistas e seus agentes. No esquema de Rosa, temos, então, um sistema dicotômico em que, de um lado, estaria a sociedade capitalista, com os seus agentes e forças produtivas gerando a riqueza, e, de outro lado, estariam as sociedades não-capitalistas funcionando como compradoras e consumidoras desta riqueza. Temos um esquema nada dialético do ponto de vista dos esquemas de Marx.

No fundo desta concepção mecânica e funcional de Rosa, estavam a incompreensão do caráter dialético do *Capital* e o desconhecimento completo da lógica hegeliana – aliados à sua incapacidade de aceitar que a sociedade capitalista não está regida pelo consumo, mas pela produção. Este desconhecimento e desprezo pela lógica hegeliana e pela dialética do *Capital* são confessados por Rosa em carta de oito de março de 1917 endereçada da prisão ao seu amigo Hans Diefenbach. Segundo as palavras da própria Rosa, a estrutura do primeiro volume de *O Capital* de Marx parecia-lhe tão abominável que, para compreendê-la, precisaria de uns cinco anos de trabalho árduo ou 10 anos sem direitos civis algum. Para ela, a estrutura formal de sua obra *A acumulação de capital* era extremamente mais simples que a de *O Capital* de Marx e a da *Ciência da Lógica* de Hegel (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540).

Seria, assim, sem as dificuldades da dialética do *Capital*, mas com a simplicidade do ecletismo, do empirismo e da história que o imperialismo e as crises do capital deveriam ser explicados, segundo Rosa. Desse modo, não seria da relação contraditória do capital consigo mesmo, mas da sua relação contraditória com os mercados externos que surgiriam as crises e as barreiras ao processo ininterrupto da acumulação capitalista. Esta relação é contraditória, segundo Rosa, porque, ao conquistar estas nações atrasadas e ao transformá-las em nações capitalistas industrializadas, o capital estaria destruindo os seus mercados externos e transformando-os em mercados internos, tornando a realização da mais-valia numa tarefa impossível de ser alcançada.

Como podemos perceber, a crítica de Rosa Luxemburg aos esquemas de reprodução social do capital de Marx deve ser explicada pelo fato de que ela nunca levou em consideração o problema do método de exposição empregado por Marx em *O Capital*. Segundo Roman Rosdolsky, um dos primeiros estudiosos da relação entre *O Capital* de Marx e a dialética hegeliana, Rosa subestimou, no pensamento de Marx, a chamada herança hegeliana e, por isso, não compreendeu, com total clareza, a estrutura dialética de *O Capital*. De acordo com ele, a interpretação errônea dos esquemas de reprodução por parte de Rosa “*parece estar enraizada na compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx*” (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540). Rosa “*subestimou a importância da assim chamada ‘herança hegeliana’ do pensamento de Marx, e por isso não compreendia com total clareza a estrutura de sua obra*” (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540).

Rosdolsky cita, em nota de rodapé (nota 123), a carta já mencionada, em que Rosa reclamava da complexidade da dialética de *O Capital* e da lógica hegeliana, e comenta que isso demonstrava o quanto Rosa passava por cima do conteúdo dialético da obra de Marx. Conforme ele (1986, p. 541), “*Rosa Luxemburg entendeu mal o papel que cabe ao modelo de uma sociedade puramente capitalista na obra de Marx*”. Foi por desconhecer o caráter dialético da obra de Marx e por acreditar que os esquemas do Livro II deviam corresponder inteiramente à realidade empírica da acumulação capitalista, que Rosa buscou uma solução externa e não dialética ao problema da acumulação capitalista.

Foi o preconceito de Rosa Luxemburg com a dialética hegeliana que a impediu de compreender que, somente num modelo livre de toda interferência externa e perturbadora poderiam ser percebidas as tendências evolutivas gerais da sociedade capitalista. Assim, desconhecadora da dialética de *O Capital*, Rosa tomou os esquemas de Marx como algo estático e acabado, e não como momento de um pensamento vivo e em movimento que seria concluído apenas com a exposição do Livro III.

Foi essa incompreensão do caráter dialético da exposição de *O Capital* que levou Rosa a criticar, erroneamente, os esquemas de reprodução social do Livro II, desconhecendo, assim, o caráter provisório do Livro. Sem essa compreensão, Rosa foi buscar, na empiria e nos fatos – que podem ser facilmente contestados por novos fatos –, argumentos para criticar uma obra de crítica filosófica e dialética a essa mesma visão factualista e empirista do sistema capitalista: a visão dos economistas.

O modelo de uma sociedade puramente capitalista em Marx tinha em vista demonstrar exatamente o que Rosa não conseguia perceber: que dentro de certos limites e condições, a sociedade capitalista prescinde completamente de quaisquer elementos externos para desenvolver-se, como o Estado e a existência de terceiras pessoas, para consumir a riqueza excedente por ela mesma produzida.

Em consonância com Rosdolsky (1986, p. 541):

*ao haver passado isto por alto, Rosa Luxemburg não levou em conta que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II somente podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam ser completados com as etapas ulteriores e mais concretas da análise.*

## Referências

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PETIT, Irène. *Préface à l'édition française de l'Accumulation du capital*. Paris: François Maspero, 1976.

ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. 5. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.